

EMILENE OLIVEIRA DE BAIRRO

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
ANÁLISE CRÍTICA DA MATERIALIZAÇÃO JUNTO A POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Prof.^a Me. Mariléia Goin

**São Borja
2013**

EMILENE OLIVEIRA DE BAIRRO

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL:
ANÁLISE CRÍTICA DA MATERIALIZAÇÃO JUNTO A POLÍTICA DE
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para a
obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social.

Trabalho Final de Graduação defendida e aprovada em: 13/05/2013
Banca Examinadora:

Prof. Me. Mariléia Goin
Orientador (a)
UNIPAMPA

Prof. Me. José Wesley Ferreira
UNIPAMPA

Prof. Me. Jorge Alexandre da Silva
UNIPAMPA

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a materialização do Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do Serviço Social nos processos de trabalho nos quais se inserem os Assistentes Sociais. O objetivo é analisar a materialização do referido projeto durante a prática interventiva, com o intuito de contribuir com o debate acerca da categoria profissional e, dessa forma, potencializar e estimular à práxis reflexiva. A metodologia utilizada refere-se à pesquisa bibliográfica e empírica (com Assistentes Sociais do NuDE, que tem interface com a Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa), com a qual obteve-se subsídio para buscar por “respostas” ao problema da pesquisa. Nesse sentido, o objeto pressupôs a problematização a respeito do mundo do trabalho e seus rebatimentos na configuração do Serviço Social contemporâneo, que inserido na divisão social e técnica do trabalho também sofre as investidas do capital para compreender o Projeto Profissional neste cenário e suas possibilidades de materialização da direção social e política da profissão no espaço sócio institucional da UNIPAMPA. Nesse cenário, os resultados apontam à fragmentação em relação à compreensão dos profissionais sobre o Projeto Ético-Político Profissional, o qual é traduzido pelos princípios constitutivos do Código de Ética Profissional.

Palavras-chave: Mundo do Trabalho. Processo de Trabalho. Projeto Ético-Político do Serviço Social.

RESUMEN

El presente trabajo trata sobre la materialización del Proyecto Ético-Político Profesional (PEPP) del Servicio Social en el proceso de trabajo de los Asistentes Sociales. El objetivo es analizar la materialización del referido proyecto durante la práctica intervencionista, con la intención de contribuir con el debate acerca de la categoría profesional y, de esta forma, potencializar y estimular la práctica reflexiva. La metodología utilizada se refiere a la investigación bibliográfica y empírica (con Asistentes Sociales del NuDE, que tiene interfaz con la Asistencia Estudiantil de la Universidad Federal do Pampa), con la cual se obtuvo subsidio para buscar por las “respuestas” al problema de la investigación. En este sentido, el objeto asumió la problemática a respecto del mundo de trabajo y sus resultados en la configuración del Servicio Social contemporáneo, que inmerso en la división social y técnica del trabajo también sufre las injerencias del capital, para comprender el Proyecto Profesional en este contexto y sus posibilidades de materialización de la dirección social y política de la profesión, en el espacio socio institucional de la UNIPAMPA. En este escenario, los resultados apuntan a la fragmentación en relación a la comprensión de los profesionales sobre el Proyecto Ético-Político Profesional, el cual es traducido por principios constitutivos del Código de Ética Profesional.

Palabras-clave: Mundo del Trabajo. Proceso de Trabajo. Proyecto Ético-Político del Servicio Social.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

CA – Centro Acadêmico

CEP – Comissão de Ética em Pesquisa

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

DA – Diretório Acadêmico

ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

IFES – Instituição Federal de Ensino Superior

NuDE – Núcleo de Desenvolvimento Educacional

PEPP – Projeto Ético-Político Profissional

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 O MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO	9
2.1 O trabalho como fundante do ser social e sua subsunção ao capital.....	9
2.2 Processo de Trabalho e Serviço Social: a profissão como especialização do trabalho coletivo.....	14
3 PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS: o Serviço Social na contra mão capitalista	22
3.1 Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: o produto de uma construção coletiva.....	25
4 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA: em cena, a análise da pesquisa.....	31
4.1 Metodologia	31
4.2 Breve histórico do espaço institucional da pesquisa	33
4.3 A pesquisa empírica: análise da materialização do Projeto Ético-Político Profissional junto aos Assistentes Sociais do NuDE que fazem interface com a PRAEC.....	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	49
APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social intitulado “O Projeto Ético-Político do Serviço Social: análise crítica da materialização junto a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa” tem como problema de pesquisa responder como ocorre a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no cotidiano de trabalho dos Assistentes Sociais executores da Política de Assistência Estudantil, da Universidade Federal do Pampa. Como objetivo geral, se propõe analisar a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil, com intuito de contribuir com o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva. E como objetivos específicos, verificar a concepção que os profissionais Assistentes Sociais têm acerca deste projeto, analisar de que forma os profissionais materializam no seu processo de trabalho o referido projeto e fomentar a discussão da unidade teórico-prática, enquanto unidade operacional de materialização do Projeto Ético–Político Profissional.

Para tanto, versa sobre o mundo do trabalho e seus rebatimentos no Serviço Social contemporâneo, de forma a fomentar e problematizar a respeito da inserção do Assistente Social na divisão social e técnica do trabalho e, consecutivamente, seu assalariamento, dado que também é absorvido pelo sistema capitalista e sofre com a precarização expressa aos trabalhadores.

O trabalho como fundante do ser social é visto como constitutivo das relações sociais que hoje são submetidas a “coisificação” e necessitam serem transformadas e desvinculadas do olhar capitalista, onde a precarização reduz e aglutina os direitos adquiridos por meio das lutas sociais organizadas, fomentando o desemprego, a exploração do trabalhador e a fragmentação da (re) produção da vida social.

Dessa forma, é importante compreender que o Assistente Social insere-se em diversos espaços institucionais, alicerçado pela Teoria Social Crítica de Marx e, subsidiado desta, faz a leitura da realidade social por meio do Método Dialético-Crítico de apreensão da concretude, no intuito de desvelar o real, embasado nas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, que perpassam o processo de trabalho profissional.

Contudo, é no exercício profissional junto aos diversos espaços institucionais que o Serviço Social materializa, ou não, o Projeto Ético-Político Profissional que tem nos pilares da Lei da Regulamentação da Profissão (1993), no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993) e na Lei de Diretrizes da ABEPSS (1996) o fortalecimento da direção social e política hegemônica da categoria profissional, que busca romper com o caráter conservador e assistencialista da gênese da profissão no Brasil, vinculando-se hoje numa perspectiva crítica de construção de processos sociais emancipatórios, com vistas à transformação social.

O Projeto Profissional do Serviço Social, de forma hegemônica, está respaldado e alicerçado na teoria crítica com direção social e política que baliza a categoria para intervenção na realidade concreta. Neste sentido, é essencial compreender a materialização do Projeto Ético-Político Profissional durante o trabalho do Assistente Social. Dessa forma, a pesquisa feita com os profissionais da Universidade Federal do Pampa que intervém diretamente na Assistência Estudantil, teve o intuito de contribuir com a apreensão da concretude nesse espaço institucional e de forma reflexiva e ética fomentar a discussão da unidade teórico-prática enquanto indispensável para materializar o projeto.

Assim, compreende-se que a realidade é dinâmica e encontra-se em constante movimento dialético, por isso, é imprescindível que os Assistentes Sociais estejam em articulação com as instâncias organizativas da profissão e dessa maneira construam estratégias interventivas que vão ao encontro da transformação da realidade social, por meio da emancipação e protagonismo dos sujeitos sociais, materializando por meio da direção crítica o Projeto Ético-Político Profissional.

2 O MUNDO DO TRABALHO E SEUS REBATIMENTOS NA CONFIGURAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

O mundo do trabalho se configura na concretude das relações sociais com a participação do homem como ser social, pois é pelo trabalho que esse transforma a si e a sociedade. Dessa forma o Serviço Social como profissão, inserida na divisão social e técnica do trabalho, sofre os rebatimentos e impactos da (re) configuração deste (mundo do trabalho), na medida em que além de assalariado, seu exercício profissional se dá diretamente com os sujeitos que estão inseridos neste processo.

2.1 O trabalho como fundante do ser social e sua subsunção ao capital

O trabalho¹, para Marx (2011, p. 211), “[...] é um processo em que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza”. É nesse sentido que o homem encontra-se organizado e em consonância com as relações sociais e humanas.

O trabalho é uma atividade fundamental do homem, pois mediatiza a satisfação de suas necessidades diante da natureza e de outros homens. Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é a atividade própria do ser humano, seja ela material, intelectual ou artística. É por meio do trabalho que o homem se afirma como *um ser que dá respostas* prático-conscientes aos seus carecimentos, às suas necessidades. O trabalho é, pois, o selo distintivo da atividade humana (IAMAMOTO, 2001, p. 60, grifo do autor).

É por meio da atividade humana que o homem desperta para a vida em sociedade, no conjunto das relações sociais, transformando-se em ser social pensante e reflexivo frente às demandas cotidianas do mundo e, assim, articula-se num emaranhado de redes e relações. “O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova as próprias condições da sua reprodução” (ANTUNES, 1999, p. 136).

As relações de vida em sociedade são fundamentadas e desenvolvidas no cotidiano das ações predominantes no mundo do trabalho, o qual “[...] produzido na

¹ O trabalho, ao longo do processo histórico, se apresenta de inúmeras formas, atendendo às necessidades de cada momento. No entanto, ele se mantém sempre como um momento de efetivação de relações sociais, visando a produção social e a reprodução da humanidade. O que nos permite afirmar que o trabalho é um “pôr teleológico” do ser social, que o capacita com um ser consciente (NOGUEIRA, 2011, p. 117).

reprodução social [...] é o fundamento ontológico último da tendência histórica de desenvolvimento do gênero humano [...]” (LESSA, 1996, p. 15).

Transversalmente ao trabalho humano “[...] as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades” (IAMAMOTO, 2001, p. 60), cotidianas do ser social. “[...] a importância da categoria trabalho está em que ela se constitui como fonte *originária, primária*, de realização do ser social, *protoforma da atividade humana*, fundamento ontológico básico da omnilateralidade humana” (ANTUNES, 1999, p. 167, grifo do autor), fazendo com que desenvolva-se no cotidiano das ações da sociedade.

O trabalho, [...], configura-se como *protoforma* da práxis social, como momento fundante, *categoria originária*, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre seres anteriores e o ser que se torna social (ANTUNES, 1999, p. 145, grifo do autor).

Entretanto, o trabalho como qualquer dispêndio de energia humana, acaba sendo subsumido e anteposto pela venda de sua força de trabalho para sobreviver, na medida em que as relações capitalistas se complexificam. “A *classe – que – vive – do – trabalho*, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo *central* os trabalhadores [...]” (ANTUNES, 1999, p. 102, grifo do autor). Esta “concepção” de trabalho aprimora-se à medida que o capital explora e aliena os trabalhadores, reforçando seu domínio quando os trabalhadores se encontram em situação de trabalho alienado, precarizado, com jornadas diárias muito além das oito horas descritas por lei, sem tempo para lazer e, com isso, “[...] o capital subordina, aos seus fins de valorização, toda a organização da vida em sociedade: a economia, a política e a cultura” (IAMAMOTO, 2010, p. 49), banalizando as relações sociais.

O capital, em seu movimento de valorização, produz a sua *invisibilidade do trabalho e a banalização do humano*, condizente com a diferença ante a esfera das necessidades sociais [...]. Potencia exponencialmente as desigualdades inerentes a essa relação social, as quais são hoje impensáveis sem a ativa intermediação do Estado capitalista e das políticas econômicas e sociais implementadas (IAMAMOTO, 2010, p. 53, grifo do autor).

Na relação capital/trabalho o ser social “[...] aparece como um mero vendedor de mercadorias: trabalhador “livre” que vende a sua força de trabalho – [...] assume a determinação social de trabalhador assalariado [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 58), pois necessita do salário para sua subsistência no mundo capitalista e globalizado. “O desenvolvimento do trabalho assalariado é, então, a própria [...] peculiaridade ontológica: ser “flexível” às necessidades imperativas do capital em processo” (ALVES, 2011, p. 14).

Com as constantes transformações no mundo do trabalho, o trabalhador encontra-se fragilizado com as ofensivas do capital, que cotidianamente vê-se a mercê de um trabalho precarizado, onde as relações sociais se reduzem ao cotidiano da empresa empregadora, fazendo com que os trabalhadores reproduzam na sua concretude “a imagem” de uma sociedade que precisa render e ter lucros diariamente “[...], pois nessa sociedade as relações humanas assumem essa forma de relações entre coisas: relações reificadas entre pessoas” (IAMAMOTO, 2010, p. 63), pois as investidas do capital vem de longa data, habituais ao mundo do trabalho e reproduzem-se na sociedade contemporânea.

Desde os primórdios do modo de produção capitalista ele, o capital², reinventa-se no cotidiano do mundo do trabalho para fortalecer-se e continuar a exploração ao trabalhador e sua força de trabalho, transfigurando suas forças frente à classe trabalhadora e fomentando sua flexibilidade. Esta flexibilidade do trabalho é “[...] compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho [...]” (ALVES, 2011, p. 19), o que acarreta no cotidiano de trabalho profundas transformações na realidade concreta dos trabalhadores. “O modo de produção capitalista coloca a necessidade histórica da transformação do processo de trabalho em um processo social” (ALVES, 2011, p. 38). Dessa forma, o mundo do trabalho atrelado ao capitalismo, tem como materialidade a “[...] acumulação flexível [...] nova ofensiva do capital nas várias instâncias do ser social [...]” (ALVES, 2011, p. 18).

² O capital está formado por mercadorias sendo, duplamente, *valor de troca* (dinheiro), - pois é valor que se valoriza, fruto da troca de uma quantidade dada de trabalho materializado por uma maior quantidade de trabalho vivo e *valor de uso*, tal como se manifesta nas relações dentro do processo de trabalho [...] (IAMAMOTO, 2010, 74-75, grifo do autor).

O trabalho ligado ao capital assalariado vem de diversas maneiras corroborar com a alienação e o estranhamento³ a que o trabalhador se submete, pois “[...] se aliena do objeto que ele mesmo criou; com isso se aliena da atividade, da relação – consigo mesmo e com os outros” (BARROCO, 2007, p. 34). As mudanças constantes oriundas do aprimoramento do capital, na conjuntura atual, ocasionam consecutivas reestruturações nas relações cotidianas dos sujeitos sociais, levando “[...] a personificação de coisas e a coisificação de pessoas” (IAMAMOTO, 2010, p. 73). Em outros termos, leva a centralização das “coisas” em detrimento do ser social, a subsunção do trabalhador ao capital e seu domínio por parte do segundo.

Apesar disso, é imperativo satisfazer as necessidades de subsistência (diria Marx, do estômago ou da fantasia), por isso o trabalhador assalariado carece se submeter às relações de venda da força de trabalho que é proprietário. Em troca, “[...] obtém, através do salário (tempo de trabalho pago), o trabalho necessário para conservação e reprodução [...]” (IAMAMOTO, 2010, p. 70). Neste sentido, o trabalho, na sociedade do capital, não passa de mera mercadoria, uma vez que o que realmente importa para a sociedade burguesa⁴ é o acúmulo indiscriminado de capital.

“O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho” (MARX, 2011, p. 219). Dessa forma evidencia-se que as “[...] condições do capitalismo neoliberal⁵, o capital torna-se uma força social mais dominante que nunca [...]” (ALVES, 2011, p. 36), contribuindo para a barbárie social, em face de que o trabalhador não se reconhece no produto da venda da sua força de trabalho,

³ A essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade desse tratamento não poderia ser maior. O que importa é o lucro dos capitalistas (LESSA; TONET, 2008, p. 100). Sobre este ponto, verificar “Manuscritos Econômico-Filosóficos” de Karl Marx (2008), item trabalho estranhado.

⁴ Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto-alienação humana. Resulta na progressiva reificação das categorias econômicas, cujas origens se encontram na produção mercantil. O pensamento fetichista transforma as relações sociais, baseadas nos elementos materiais, em atributos de coisas sociais (mercadorias) e converte a própria relação de produção em uma coisa (dinheiro) (IAMAMOTO, 2010, p. 48).

⁵ O neoliberalismo, como ideário econômico e político, é expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e na formação de uma cultura que deriva liberdade política da liberdade econômica. O pragmatismo econômico é expresso na subordinação dos processos sociais às necessidades de reestruturação (ajustes e reformas), neutralizando, na prática, as questões que dizem respeito aos projetos sociais. O progresso técnico é considerado como depositário “asséptico” da nova ordem do trabalho (AMARAL; MOTA, 2010, p. 30).

transforma seu dia-a-dia em sinônimo de trabalho e, por consequência, coisifica as relações sociais pela subsunção do trabalho aos ditames do capital.

[...] sob o modo de produção capitalista, que é a sociedade do trabalho estranhado, o tempo de vida social tende a ser dilacerado pelo tempo de trabalho. Produção do capital é produção destrutiva. [...] Na medida em que a produção se põe como totalidade social, instaura-se, por outro lado, as condições sociomateriais para a barbárie social (ALVES, 2011, p. 106).

Dessa forma, o mundo do trabalho se apresenta por meio da precarização do trabalho, desemprego estrutural, retração dos direitos, abrangendo, assim, toda sociedade. “O processo de precarização do trabalho no capitalismo global atinge a “objetividade” e a “subjetividade” da classe dos trabalhadores assalariados” (ALVES, 2011, p. 111), levando, assim, a naturalização do processo de exploração do trabalhador.

A sociedade do desemprego e da “precarização” do trabalho (informatização e degradação do estatuto salarial) constitui o que podemos denominar de “afetos do sociometabolismo da barbárie” (novas formas de estranhamento e de fetichismo social e a constituição da subjetivação do medo) (ALVES, 2011, p. 121).

Na sociedade do desemprego, onde ocorrem profundas transformações no mundo do trabalho, é visível perceber a “desresponsabilização” do Estado frente às demandas da classe trabalhadora. “A reestruturação mundial do capitalismo foi acompanhada de uma ruptura do “compromisso social” entre as classes capitalistas e os trabalhadores [...]” (PASTORINI, 2010, p. 44), processo que fragiliza a classe trabalhadora.

[...] a elevação dos índices de desemprego aberto no decorrer da década neoliberal contribuiu não apenas para fragilizar o poder de barganha dos trabalhadores assalariados e aumentar as taxas de exploração, [...] criou a sociabilidade adequada aos consentimentos espúrios, às renúncias de direitos sociais e de conquistas trabalhistas históricas e aos envoltivos estimulados pelo medo do desemprego (ALVES, 2011, p. 126).

A relação entre capital e trabalho perpassa o cotidiano das relações em sociedade, onde se alicerça e se aprimoram as relações, fundamentalmente econômicas, e, consecutivamente, a luta de classes, sobressaindo os pensamentos conservadores, assistenciais e individuais. O “[...] capitalismo cada vez mais globalizado impregnado pela ideologia neoliberal, acompanhado pelo fomento e

defesa do individualismo, em detrimento de ações coletivas [...]” (PASTORINI, 2010, p. 65-66) transforma-se em antagonismos societários, vinculados à questão social⁶.

[...] do ponto de vista histórico, no capitalismo a “questão social” vincula-se estreitamente à questão exploração do trabalho, ou seja, a “questão social” apresenta-se, desde as suas primeiras manifestações, estreitamente vinculada à questão da exploração capitalista, à organização e mobilização da classe trabalhadora na luta pela apropriação da riqueza social (PASTORINI, 2010, p. 113).

Apreender a realidade social e as contradições nela expressas desafia cotidianamente os trabalhadores que estão inseridos nesta conjuntura de venda da força de trabalho. Não obstante, o profissional assistente social também se reconhece neste processo, dado que é um trabalhador assalariado (que recebe salário⁷ em troca do dispêndio de energia), e que, no seu trabalho articula forças para, por meio dos serviços prestados em instituições, garantir e defender os direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, face a face com as “[...] mais amplas expressões da questão social, matéria-prima de seu trabalho” (FALEIROS, 2001, p. 37).

2.2 Processo de Trabalho e Serviço Social: a profissão como especialização do trabalho coletivo

Com caráter antagônico, a questão social é objeto de trabalho do Serviço Social, profissão esta que se encontra inserida na divisão social e técnica do trabalho e que intervém na realidade concreta dos sujeitos. “É ela, em suas múltiplas expressões, que provoca a necessidade da ação profissional [...]; são a matéria-prima ou o objeto do trabalho profissional” (IAMAMOTO, 2001, p. 62).

La cuestión social em sus varias expresiones, y em especial en las condiciones objetivas de vida de los segmentos más empobrecidos de la población, es por lo tanto, la *materia prima* y la justificativa de la constitución del espacio del Servicio Social en la división sócio-técnica del trabajo y en la

⁶ A ‘questão social’ deve ser entendida como conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se geram com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista (PASTORINI, 2010, p. 107).

⁷ O salário é o preço da força de trabalho, em que se traduz o capital [...] do capitalista (IAMAMOTO, 2011, p. 55).

construcción/atribución de la identidad de la profesión⁸ (YAZBEK, 2003, p. 42, grifo do autor).

Dadas suas particularidades⁹ enquanto profissão, o Serviço Social caracteriza-se como “[...] um trabalho especializado, [...] interfere na reprodução material da força de trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 69) e, dessa forma, realiza trabalho, “[...] pressuposto da existência humana e forma privilegiada de práxis” (BARROCO, 2007, p. 26) como todo ser social.

Para Marx, o trabalho é o fundamento ontológico-social do ser social; é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza. [...] são conquistas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho. [...] a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade. Essa condição ontológica-social ineliminável do trabalho, na (re) produção do ser social, dá a ele um caráter universal e sócio- histórico (BARROCO, 2007, p. 26).

Por meio da apreensão da realidade social inserida no modo de produção capitalista, o Serviço Social é analisado “[...] como uma *especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social e técnica do trabalho, partícipe do processo de produção e reprodução das relações sociais*” (IAMAMOTO, 2001, p. 83-84, grifo do autor).

É em meados dos anos 1980 que “[...] o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2001, p. 57), respaldado na teoria marxiana, assume vanguarda crítica com intuito de fazer o enfrentamento às desigualdades sociais existentes e predominantes no modo de produção capitalista. Nesta ótica é por meio do “[...] processo de renovação do Serviço Social que o pluralismo se institui e inicia a construção do que hoje chamamos de projeto ético-político da profissão” (SANT’ANA, 2000, p.80).

A direção da profissão, inspirada na Teoria Social Crítica de Marx, intervém na realidade concreta dos sujeitos de forma dialética¹⁰, visando contribuir com uma

⁸ A questão social em suas várias expressões, e em especial em condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é portanto, a *matéria-prima* e a justificativa da construção do espaço do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho e na construção /atribuição da identidade da profissão (YAZBEK, 2003, p. 42, grifo do autor, tradução nossa).

⁹ Sugestão de leitura MONTAÑO, Carlos no livro: A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução.

¹⁰ A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade (KOSIK, 2002, p. 20).

outra forma de sociabilidade, por ter “[...] um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa” (MARTINELLI, 2006, p. 11).

O Serviço Social brasileiro, de forma hegemônica, porém não homogênea, se pauta na Teoria Social Crítica de Marx para desvelar os processos sociais e fazer a leitura da realidade, em suas múltiplas determinações, por ter uma necessidade de apreensão da sociedade burguesa, compreendendo que por meio dessa teoria se desvele “[...] a estrutura real da sociedade burguesa, revelando os seus instrumentos de exploração, opressão e reprodução” (NETTO, 1985, p. 18).

A teoria social de Marx, [...], tem como objeto a sociedade burguesa e como objetivo a sua ultrapassagem revolucionária: é uma teoria da sociedade burguesa sob a ótica do proletariado, buscando dar conta da dinâmica constitutiva do ser social que assenta na dominância do modo de produção capitalista (NETTO, 1985, p. 19).

O Serviço Social como profissão cuja direção é política, se propõe a apreender as contradições existentes no mundo do trabalho, contradições essas que afunilam os direitos dos trabalhadores, conquistados por meio da luta e organização dos mesmos. É assim que o Serviço Social intervém nas mais variadas expressões da Questão Social, durante o seu trabalho, no exercício profissional.

Processo de trabalho este que para se materializar, envolve a força de trabalho, instrumentos e matéria-prima ou objeto, “[...] condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana [...]” (MARX, 2011, p. 218).

É importante compreender que o Serviço Social, como um trabalho coletivo e inserido na divisão social e técnica do trabalho, leva o Assistente Social a “[...] afirma-se socialmente como *um trabalhador assalariado*, cuja inserção no mercado de trabalho passa por uma relação de compra e venda de sua força de trabalho especializada [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 96, grifo do autor).

Como trabalhador, a materialização do trabalho do Assistente Social se dá “[...] diretamente no cotidiano das classes e grupos sociais menos favorecidos [...]”¹¹ (SOUSA, 2008, p. 122), ao vender sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção. Isso dá ao referido profissional “[...] um status de assalariado [...]”

¹¹ Apesar dos direitos sociais serem universais, a maior demanda ainda se dá na classe que encontra-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

(CASTEL, 2010, p. 490), pois, “[...] ao vender sua força de trabalho em troca do salário [...], o profissional entrega ao seu empregador o seu valor de uso ou o direito de consumi-la durante a jornada estabelecida” (IAMAMOTO, 2001, p. 97). Por conta disso, o Assistente Social, como trabalhador assalariado e inserido em um espaço institucional, por vezes encontra-se “amarrado” aos desafios e interlocuções ditados pela instituição empregadora, pois a função e direção social da profissão vão na contra-corrente institucional.

Inserido no mundo do trabalho e aglutinado ao sistema capitalista - sistema que explora e oprime os trabalhadores, pessoas que são sujeitos de direitos – o Serviço Social, por meio da Teoria Social Crítica de Marx, vai “amadurecendo” e buscando travar lutas no cotidiano. Traça estratégias de intervenção na realidade concreta, de forma a questionar, propor e buscar por processos sociais emancipatórios e assumir uma postura crítica frente à realidade social, diferentemente da gênese conservadora da profissão, no qual o “[...] Serviço Social, [...] nasce e se desenvolve embebido em ideias conservadoras [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 23) e que asseveravam o *status quo*.

Um profissional crítico, teoricamente sólido e atualizado é um ator que questiona, que propõe, que tem autonomia relativa (política e intelectual), mas é, fundamentalmente, um profissional que não responde “imediatamente” às demandas finalistas e emergenciais da organização. Desde a demanda até a resposta, este profissional interpõe reflexão crítica, análise de realidade, organização e/ou participação dos usuários (MONTAÑO, 2009, p. 107).

O Assistente Social, por estar inserido no contexto das instituições, é visto, algumas vezes, como mero executor de políticas, subordinado ao campo de trabalho, subalterno as decisões profissionais “[...] executores dessas políticas sociais, algumas das quais já são, [...] descartáveis” (MONTAÑO, 2009, p. 108), pelas instituições empregadoras. Pois as instituições têm, com frequência, ações pragmáticas, burocráticas e assistencialistas e tentam “[...] *limitar e subordinar a liberdade do profissional, a rotinizar suas funções e a burocratizar sua prática profissional*” (MONTAÑO, 2009, p. 109, grifo do autor).

Como o Serviço Social é visto de forma subalterna às demandas institucionais, é no cotidiano do exercício profissional que o Assistente Social contribui com o protagonismo dos usuários ao intervir e buscar transformar a dinâmica social dos mesmos. Desvelando a realidade por meio do processo sócio-

histórico dos sujeitos, em sua singularidade, é que o “[...] profissional interpõe reflexão crítica, análise de realidade, organização e/ou participação dos usuários” (MONTAÑO, 2009, p. 107), fomentando assim a ultrapassagem do que se apresenta de forma efêmera na realidade social.

[...] cabe ao serviço social, em uma primeira dimensão, *problematizar a instituição em sua totalidade como estrutura de relações organizadas para a prestação de serviços de modo que o público – alvo específico da instituição tenha acesso a ela e, em uma segunda dimensão, propor e executar serviços concretos de acordo com o que é próprio do serviço social no contexto da especificidade da instituição* (REZENDE, 2009, p.41, grifo do autor).

O profissional Assistente Social deve estar em constante aprimoramento e qualificação para intervir na realidade, assim, ser um agente de transformação. “A realidade muda permanentemente, por isso capturar seu movimento e a historicidade dos processos sociais implica conhecer as múltiplas determinações e relações dessa totalidade viva, dinâmica e contraditória” (PASTORINI, 2010, p. 53).

Neste sentido, o Assistente Social deve ser “[...] um profissional crítico e preparado para conhecer e intervir eficazmente na realidade social, [...]” (MONTAÑO, 2009, p. 112) e por meio do seu trabalho, no cotidiano das instituições, ter “[...] a possibilidade de ruptura com a condição subalterna e subalternizante [...]” (MONTAÑO, 2009, p. 113), cuja questão requer “[...] *uma postura, uma opção ética e político – profissional* [...]” (MONTAÑO, 2009, p. 113, grifo do autor) que dialogue com a teoria que compartilha e, consecutivamente, com os instrumentos do trabalho profissional.

A instrumentalidade do Serviço Social, dada pela forma na qual a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho e resposta pela dinâmica da realidade social, tanto vincula a profissão a outros ramos de atividade profissional quanto atribui à profissão um status peculiar, já que contempla as ações pelas quais o profissional é reconhecido e requisitado socialmente (GUERRA, 2011, p. 159).

Dada sua postura crítica e a intencionalidade profissional, instrumentalizada no cotidiano da prática profissional, o Assistente Social rompe com as ações tarefas, assistencialistas e imediatistas que rondam os processos de trabalho nas

instituições e desenvolvem a capacidade de intervenção emancipatória, e não mais pragmática¹², na realidade dos sujeitos.

No saber-fazer-bem o conhecimento está entrelaçado com o ético, o teórico e o metodológico. A reafirmação da teoria crítica como alicerce também se expressa pelas referências teóricas [...] na articulação entre as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa (LEWGOY, 2009, p.163).

Rompe-se, assim, com o olhar fragmentado em relação à profissão, que, como afirmado anteriormente, também sofre os rebatimentos do mundo do trabalho por meio da “[...], flexibilização da contratação salarial e a constituição de um precário mundo do trabalho, além da flexibilização dos salários [...]” (ALVES, 2011, p. 51), além de sofrer constantemente as investidas do sistema capitalista.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma *procura*, uma *luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social*, que, *reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários*, isto é, dos setores dominados da sociedade (IAMAMOTO, 2008, p. 37, grifo do autor).

Dessa forma, é no cotidiano das ações interventivas do profissional Assistente Social que se traçam estratégias para romper com a sociedade do capital e suas formas de opressão, alienação e exploração da classe trabalhadora. Essas estratégias cotidianas do profissional também têm o intuito de romper com as barreiras da gênese conservadora do Serviço Social brasileiro e lança a profissão renovada sob um recorte crítico.

A profissão se estrutura à medida que o capitalismo começa a se preocupar com os problemas sociais decorrentes das relações sociais que interferem no processo geral de reprodução da força de trabalho e não pode mais deixar a cargo das ações episódicas do voluntariado (GENTILLI, 2006, p.95).

Muitas instituições empregadoras se limitam a perceber o usuário/sujeito das políticas sociais como cidadãos de direitos, pois durante anos estas políticas foram vistas de forma focalizadas, assistencialistas e conservadoras, das quais os sujeitos

¹² O pragmatismo consiste numa atitude voltada para a solução de problemas imediatos, sem pensar e refletir as consequências teóricas e históricas desta ação imediata (FALEIROS, 1986, p. 5).

eram concebidos como meros recebedores de “ajuda”. As demandas geradas nesse contexto são “[...] consequências do desemprego estrutural de nossa economia e, [...] dos processos sociais decorrentes da hegemonia das políticas públicas neoliberais e do reordenamento econômico e político da globalização [...]” (GENTILLI, 2006, p. 122).

Sendo assim, o conservadorismo de muitos espaços institucionais, faz com que o Serviço Social, no cotidiano do exercício profissional, fortaleça formas de romper com as amarras que cercam os espaços institucionais, as denominadas “relações de força” (FALEIROS, 2011).

O foco da intervenção social se constrói nesse processo de articulação do poder dos usuários e sujeitos da ação profissional no enfrentamento das questões relacionais complexas do dia, pois envolvem a construção de estratégias para dispor de recursos, poder, agilidade, acesso, organização, informação, comunicação (FALEIROS, 2001, p. 41).

Os profissionais, de forma coletiva, visam atender os usuários com ética e comprometimento, tendo em vista que sua intencionalidade com o trabalho tem “[...] capacidade, competência técnico-profissional e [...] disponibilidade de assumir os desafios [...]” (GENTILLI, 2006, p. 124) do tempo presente.

Foi no desempenho da função profissional que o serviço social se aprimorou no trato com as desigualdades sociais, expressas como carências materiais, desvios de comportamento, pobreza urbana, situações sociais conflituosas e exclusões sociais de toda ordem. Nelas desenvolveu e aprimorou ações profissionais e habilidades específicas na divisão sócio-técnica do trabalho, para poder com elas lidar (GENTILLI, 2006, p. 129).

Pela apropriação teórico-metodológica é que o Assistente Social aprimora seu trabalho e busca efetivar ações interventivas para o fortalecimento desses usuários, tendo em vista que é uma “[...] categoria de pessoas que devem proteger os direitos dos usuários dos serviços das organizações em que trabalham” (GENTILLI, 2006, p. 175). Por isso é preciso ter clareza ética e política dos processos de trabalho onde se insere, da teleologia de seu trabalho e da direção social da profissão, para intervir na realidade contraditória com que se depara. De fato o agir profissional do Assistente Social, no seu espaço institucional, “[...] efetiva-se por meio de ações que operem funções que possibilitam o manejo de normas

institucionais, burocráticas e sociais” (GENTILLI, 2006, p. 185), o que possibilita mostrar a “cara” do trabalho profissional.

O Serviço Social como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, se põe na “contra mão” do sistema capitalista, explorador e dominador, que aliena a população, precariza o trabalho e o trabalhador e assola os direitos já garantidos. Por essas razões que o profissional Assistente Social, com sua intencionalidade, seu saber fazer, sua postura crítica frente à realidade, cria e reinventa seu trabalho no cotidiano de suas ações, alicerçado a um Projeto Profissional que delinea sua função e direção social, cuja construção se manifesta pelo caráter coletivo da categoria profissional, conforme se observa a seguir.

3 PROJETOS SOCIETÁRIOS E PROJETOS PROFISSIONAIS: o Serviço Social na contra mão capitalista

É por meio da organização dos trabalhadores, que se fortalece e articula objetivos comuns de lutas a serem traçadas no processo laboral, tendo em vista a busca por melhores condições de trabalho para si e para seus pares.

Neste sentido, os projetos societários¹³ são vinculados a ideações coletivas em sociedade, podendo ser, “[...] em linhas gerais, transformadores ou conservadores” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189). Por isso os projetos estão em disputa e encontram-se em constante tensionamento, pois o caráter conservador é “velho conhecido” das relações sociais e ampliam-se à medida que o capitalismo avança e fortalece seu caráter explorador e dominador na sociedade. Em contraponto ao seu caráter alienante, tem-se o projeto transformador da realidade, que pressupõe a igualdade e justiça social.

“Os projetos societários viabilizam-se por distintos modelos de desenvolvimento, que indicam o processo necessário para alcançar a sociedade projetada” (MAIA, 2005, p. 26), pois os projetos de sociedade são amplos e abrangentes, ao transparecer o que o coletivo almeja e deseja para seu cotidiano real e perpassar os projetos profissionais – projetos esses que dão a direção social a uma profissão. É com eles (projetos profissionais) que se materializa o coletivo da categoria profissional e sua intervenção nas ações concretas.

Os projetos profissionais apresentam a auto – imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários e seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO, 2006, 144, grifo do autor).

Estes projetos profissionais podem ser conservadores, com ações assistencialistas, de caráter coercitivo e paliativo ou, em contraponto, como já dito acima, associado ao projeto societário alicerçado numa direção de transformação da sociedade, no que se pauta considerar que “[...] o projeto ético-político do Serviço

¹³ Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade (NETTO, 2006, p. 142).

Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 189).

Os projetos profissionais, que se materializam no coletivo da categoria profissional, devem visar à totalidade¹⁴ dos processos sociais, no intento de desvelar o imediato¹⁵, em face da busca da essência da manifestação do aparente, pois é nela que se expressam suas contradições e efetivos fatores que a levam a culminar.

A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta em algo diferente daquilo que é. A essência se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte nem passiva. Justamente por isso o fenômeno revela a essência. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK, 2002, p. 15).

Para apreender esta postura que rompe com uma concepção historicamente difundida, é necessário ter clareza da trajetória histórica do Serviço Social, a qual teve na sua gênese um caráter conservador e assistencialista. Segundo Montaño (2009, grifo do autor) no Serviço Social brasileiro existem duas teses a respeito da sua gênese: uma, numa perspectiva *endogenista*, onde não existe análise do contexto social, tendo um caráter de filantropia e caridade; e “outra tese defendida é na perspectiva *histórico-crítica*”, situando o Serviço Social no contexto histórico, apontando a emergência da profissão por meio da existência das lutas de classe, em função das crescentes demandas populares e aumento da acumulação capitalista.

Pelas transformações societárias ocorridas nos diferentes períodos históricos e pela necessidade de ruptura com posturas conservadoras e acríticas da categoria, esta aproxima-se da Teoria Social Crítica de Marx e nela apoia-se para fazer a leitura da realidade social, vinculadas ao Método Crítico-Dialético de apreensão da realidade, tendo em vista que “[...] o pensamento dialético parte do

¹⁴ Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fator *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido (KOSIK, 2002, p. 44, grifo do autor).

¹⁵ O conhecimento da realidade implica o desvelamento da aparência, e a consciência assume um papel fundamental nesse processo. Para apreender a essência, a consciência movimenta-se dialeticamente, a fim de capturar as mediações que conectam os complexos sociais constitutivos e constituintes da totalidade do ser social e supera no plano do pensamento, a imediatez (COELHO, 2011, p. 23).

pressuposto de que o conhecimento humano se processa num movimento em espiral” (KOSIK, 2002, p. 50, grifo do autor).

A categoria profissional do Serviço Social transcende o rompimento com o caráter conservador e de políticas assistencialistas e residuais e opta por uma direção crítica ao filiar-se a um projeto societário que coaduna pela defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Com o rompimento da categoria profissional as amarras da identidade atribuída¹⁶, que apresentava-se por meio do conservadorismo e de práticas tradicionais da Igreja Católica, os Assistentes Sociais passam a fortalecer a construção de uma consciência política e coletiva dos Assistentes Sociais brasileiros e a defender, por meio de sucessivas aproximações com a realidade, a construção de uma sociedade justa e igualitária, no intuito de romper com as subsunções capitalistas.

O fortalecimento do olhar crítico frente à realidade e a clareza teórico-metodológica da função social da profissão somente foram possíveis com a aproximação e leitura dos textos originais de Karl Marx, contribuindo com a “[...] emersão do marxismo no diálogo teórico e intelectual [...]” (NETTO, 2007, p. 109) e aprofundando a produção do conhecimento em Serviço Social, com a inserção na especialização no trabalho coletivo. Constitui-se ainda mais forte a concepção dessa profissão que firma um olhar crítico e propositivo frente ao cotidiano de vida dos sujeitos, de forma ética e reflexiva.

A reflexão ética é pressuposto para a formação/capacitação e o exercício profissional; é necessária para o desvelamento da realidade, face às implicações éticas do agir profissional, aos conflitos éticos presentes no cotidiano profissional, aos impasses diante de escolhas de valor, entre outros (BARROCO, 2004, p. 31).

As construções cotidianas de lutas do Serviço Social por meio de seu processo histórico de ruptura com o conservadorismo e de crítica ao modelo capitalista, inspirados na Teoria Social Crítica de Marx, consistem na construção de um perfil profissional, em que a apreensão da realidade é feita em situações cotidianas, com expressões de resistência e desigualdade.

¹⁶ A ausência de identidade profissional, de projeto profissional específico, produzia uma grande fragilidade em termos de consciência política, de consciência social (MARTINELLI, 2010, p. 131).

A direção da profissão, inspirada na teoria marxiana, intervém na realidade concreta dos sujeitos de forma dialética¹⁷, indo além do que está aparente e do que se apresenta como demanda imediata, fazendo assim o movimento de busca da essência¹⁸, no qual parte do concreto e retorna a ele de forma pensada, como síntese de múltiplas determinações, dando concretude a realidade cotidiana da população, apreendendo suas demandas e propondo estratégias de resistência às desigualdades impostas no modo de produção capitalista e suas formas de exploração e dominação.

3.1 Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social: o produto de uma construção coletiva

Foi por meio de um amplo movimento, denominado “Renovação do Serviço Social brasileiro”, que a década de 1990 culminou com o então chamado Projeto Ético-Político Profissional (PEPP)¹⁹, alicerçado pelos pilares do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, pela Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993 e Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, de 1996.

Ainda, pela construção histórica de lutas por um processo de intervenção crítico de inserção na realidade cotidiana dos sujeitos, que o Serviço Social hoje é norteado e balizado por um projeto societário de transformação do atual modo de produção capitalista. O “[...] “Serviço Social crítico” – que hoje implementa o chamado projeto ético-político – é a prova conclusiva da permanente atualidade da Reconceituação como ponto de partida da crítica ao tradicionalismo [...]” (NETTO, 2005, p. 18).

¹⁷ A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob seu aspecto imediato: submete – os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sentimentos e produtos de *práxis* social da humanidade (KOSIK, 2002, p. 21, grifo do autor).

¹⁸ Compreender o fenômeno é *atingir* a essência. Sem o fenômeno, sem a sua manifestação e revelação, a essência seria inatingível. No mundo da pseudoconcreticidade o aspecto fenomênico da coisa, em que a coisa se manifesta e se esconde, é considerado como a essência mesma, e a diferença entre o fenômeno e a *essência desaparece*. (Ibid, 2002, p. 16, grifo do autor).

¹⁹ O projeto ético-político que temos hoje no âmbito do Serviço Social, cuja base de sustentação é a teoria social marxista, é uma construção coletiva da qual todos nós participamos, com nossas vidas, com nossas histórias, com a densidade de nossas práticas (MARTINELLI, 2006, p. 16).

Por meio deste projeto, firma-se um compromisso ético-político com a sociedade, e que traz no cotidiano, novos subsídios para a intervenção profissional. “É a partir do Código de 1993 que o projeto profissional começa a ser tratado nacionalmente como “projeto ético-político” [...]” (BARROCO, 2004, p. 35), concretizando assim os documentos referidos como centrais na profissão.

À luz dos pilares já citados acima, o Projeto Ético–Político Profissional do Serviço Social, “[...] projeto hegemônico da profissão” (ABRAMIDES, 2007, p.35) vinculado a um projeto societário alicerçado pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a direção social e política de tal projeto. Sua materialização no trabalho dos Assistentes Sociais, se dá a partir de ações com reflexão ética e trato teórico-metodológico, sendo interface para a apreensão da realidade social (ABEPSS, 1996).

Ao dialogar com os documentos balizadores do Projeto Ético–Político Profissional, sua articulação versa sobre a ruptura com o conservadorismo e compreende o processo de “amadurecimento” da categoria profissional, dada sua clara direção política e ética. Isso subsidia os Assistentes Sociais a defenderem um novo modelo de sociedade, tendo um posicionamento teórico-metodológico que alie teoria e prática, tendo mais autonomia para as intervenções cotidianas, alicerçados na formação profissional compatíveis com o enfrentamento das desigualdades apresentadas na realidade social, com resistência ao cenário de exploração da classe trabalhadora e com compromisso ético e crítico–propositivo.

O projeto profissional se vincula ao projeto societário emancipatório ancorado em instrumentos jurídicos, expressão das referências teórico-metodológicas e ético-políticas, que sustentam a *direção sociopolítica* do projeto de formação e exercício profissional que se encontra alicerçado nas determinações sócio-históricas da realidade (ABRAMIDES, 2007, p. 36, grifo do autor).

É firmado nestes elementos, que o Serviço Social tem vistas a uma nova ordem societária, sem exploração, discriminação, com liberdade, democracia e justiça social. “O Serviço Social, [...] é uma profissão que tem um compromisso com a construção de uma sociedade humana digna e justa” (MARTINELLI, 2006, p. 11), de forma ética, crítica e reflexiva.

No que se refere à dimensão ética [...] do Código de Ética constitui-se, democraticamente, direitos e deveres dos assistentes sociais, segundo

princípios e valores humanistas, guias para o exercício profissional cotidiano. Destacam-se no campo ético-político o reconhecimento da liberdade como valor ético central, com o reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismo; o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia; a defesa da socialização da participação política e da riqueza produzida; o posicionamento radical a favor da equidade e da justiça social, que implica a universalidade no acesso a bens e serviços e a sua gestão democrática; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito e a garantia do pluralismo e o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com outros profissionais e trabalhadores (ABEPSS, 2004, p. 73-74).

O Serviço Social no Brasil vem construindo e fortalecendo um projeto societário, articulado com as instâncias organizativas da profissão, como o conjunto CFESS/CRESS²⁰ (Conselho Federal e Regional de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), e a ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social) que agrega Diretórios Acadêmicos (DA) e Centros Acadêmicos (CA) articulados ao movimento estudantil, para constituir-se como grande força de deliberação e vanguarda da categoria (BRAZ; TEIXEIRA, 2009).

[...] dentro dos princípios que norteiam o processo de consolidação do projeto ético político do Serviço Social brasileiro, muitas frentes de trabalho têm sido realizadas em conjunto com o CFESS e com a Enesso, fortalecendo a articulação entre as entidades representativas e dando materialidade ao projeto (ABEPSS, 2004, p. 78).

É essencial que os Assistentes Sociais conheçam e materializem no cotidiano de suas ações interventivas o Projeto Ético – Político da profissão e que estejam em constante aprimoramento, para apreender os processos sociais em que encontra-se inserido o objeto de trabalho profissional (a questão social).

A partir da conjuntura atual, percebe-se que os profissionais Assistentes Sociais inseridos nos diversos espaços sociocupacionais têm à sua frente vários desafios, pois além de romper com o conservadorismo ainda vigente na prática profissional, apesar de um rigoroso trato teórico – metodológico crítico necessitam correlacionar forças ao enfrentamento das contradições expressas pelo modelo neoliberal. “Esses profissionais afirmaram o compromisso com os direitos e

²⁰ A proposta do conjunto CFESS-CRESS de contribuição na construção desse projeto ético – político coletivo é fruto de um aprendizado e de uma história de participação e de organização de significativos setores da categoria, principalmente aqueles que se opuseram à ditadura militar e lutaram pela democratização do país (CFESS, 1996, p. 174).

interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços prestados, em contraposição à herança conservadora do passado” (IAMAMOTO, 2006, p. 166).

Com isso o Assistente Social, no seu cotidiano de formação profissional e durante o trabalho no exercício da profissão, é um profissional qualificado e habilitado a inserir-se na realidade concreta da população, pois traz consigo, por meio da sua formação generalista, a história, a teoria e o método para desvelar a realidade (LEWGOY, 2009).

O fazer profissional do Assistente Social dialoga com a direção social da categoria, pois é subsidiado por ela que se busca traçar estratégias de intervenção na realidade (já que não temos livro de receitas!) ao qual se está inserido e se fortalece e materializa as dimensões ético e políticas do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

[...] o projeto profissional objetiva suas dimensões éticas e políticas: éticas, porque supõem escolhas de valor dirigidas à liberdade; políticas porque buscam criar condições objetivas, no âmbito da luta pela hegemonia, para a defesa daqueles valores (BARROCO, 2004, p.40).

Reafirmar no cotidiano da práxis²¹ a direção da profissão é difundir a proeminência, durante o processo interventivo, da indissociabilidade das dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas para a materialização do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social.

A apropriação dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos, atrelados à aquisição de novos saberes, tem como parâmetros os princípios e os fundamentos ético-políticos do projeto profissional na articulação entre as três dimensões (ético-política, teórico-metodológica, técnico-operativa), as quais, imbricadas, materializam a atividade profissional (LEWGOY, 2009, p. 154-155).

A apropriação da Teoria Social Crítica de Marx e dos fundamentos teóricos do Serviço Social são construídos no cotidiano da formação profissional e do exercício profissional, dado seu processo interventivo, materializando-se por meio da intencionalidade e da instrumentalidade profissional, que tem uma direção social crítica, frente à realidade concreta da população.

²¹ Entende-se “práxis” como uma prática revolucionária de transformação da realidade social. Para maiores informações sobre este mote, consultar as “Teses sobre Feuerbach” no livro “A Ideologia Alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels (2006).

O Assistente Social precisa estar em constante aprimoramento e reflexão teórico-prática, fomentando sua intervenção em ações pautadas na singularidade dos sujeitos por meio da realidade concreta (relacionado com a universalidade), bem como compreender a totalidade histórica dos processos de vida dos mesmos. “A experiência concreta do trabalho é, portanto, complexa, pois mobiliza a totalidade do indivíduo com sua história, experiências e o que foi apropriado na formação [...]” (NICOLAU, 2004, p. 85).

É por meio de sucessivas aproximações com a concretude, embasados e instrumentalizados na direção social de caráter ético-político que os profissionais se aproximam do cotidiano de trabalho com as dimensões da profissão e operacionalizam o método dialético-crítico de apreensão da realidade. Método esse utilizado pelo Serviço Social como forma de fazer a leitura da realidade em sua concretude, com inúmeras aproximações do real, desvelando assim os processos sociais e a realidade dos sujeitos.

A leitura da realidade por meio do método dialético-crítico de investigação se utiliza das suas categorias principais – historicidade, totalidade e contradição - para aproximação com o objeto, precisando abstrair o imediato e fazer um movimento de síntese para aproximar-se o mais perto possível do real. Tendo em vista que a “[...] investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta [...]” (KOSIK, 2002, p. 49).

A dimensão interventiva e investigativa da profissão, alicerçada no método dialético-crítico, operacionaliza-se no cotidiano de trabalho pelo fortalecimento do caráter ético-político da profissão, sendo que “[...] a reafirmação do compromisso ético-político apresenta-se como fio condutor na estreita relação entre formação e exercício profissional [...] eixo norteador o projeto ético-político e pedagógico da formação profissional” (LEWGOY, 2009, p. 158).

Percebe-se que por meio das dimensões da categoria profissional o Assistente Social se solidifica e intervém de forma ética e instrumentalizada, com ações coerentes com seu saber profissional. “O fazer profissional do assistente social é definido como atividade, ou o próprio trabalho [...]” (NICOLAU, 2004, p. 85), pois é no espaço de trabalho que o profissional materializa e concretiza o Projeto Ético–Político Profissional do Serviço Social.

Vinculado a Teoria Social Crítica de Marx, a intervenção profissional se pauta na transformação social por meio do protagonismo dos sujeitos sociais, cuja

intencionalidade é direcionada para uma nova ordem societária. Inserido em diversos espaços institucionais (públicos ou privados), por meio da sua formação profissional e exercício profissional de forma continuada, o profissional materializa seu trabalho interventivo, prestando serviços de forma qualificada à população, à luz do Projeto Ético-Político Profissional. A exemplo, cabe destacar no capítulo que segue, a realidade dos Assistentes Sociais que trabalham diretamente com os usuários/universitários da Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), no que tange a materialização do projeto acima referido.

4 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIPAMPA: em cena, a análise da pesquisa

4.1 Metodologia

A pesquisa intitulada “O Projeto Ético-Político do Serviço Social: análise crítica da materialização junto a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa” teve como método de apreensão da realidade, o Dialético–Crítico. “A escolha do método pressupõe [...] reconhecer a centralidade dos valores, que dão sentido às investigações e práticas” (PRATES, 2012, p. 118). Outro aspecto que caracteriza o método é ver de forma indissociável teoria e prática (PRATES, 2012), sendo que a análise do objeto está diretamente ligada às categorias de apreensão da realidade.

Após sucessivas aproximações ao objeto de investigação feitas durante o processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, no espaço institucional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), constatou-se a necessidade desta pesquisa junto aos Assistentes Sociais do NuDE que fazem interface com a mesma. Dessa forma, a pesquisa constitui-se como “[...] atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade” (MINAYO, 1994, p. 17), cujo caráter é investigativo, propositivo e reflexivo.

Para a realização do presente estudo, foram feitas pesquisas bibliográfica, documental e empírica, com enfoque misto²², no intuito de desenvolver uma “[...] pesquisa profunda e exaustiva da realidade, ao estabelecer categorias, grupos e relacioná-las, identificando contradições e conexões” (PRATES, 2012, p. 122).

[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2007, p. 66).

Após as assinaturas dos Termos de Consentimento Institucional da UNIPAMPA²³ e da PRAEC²⁴, foram feitos contatos com os dez Assistentes Sociais

²² Se constitui na articulação de ambos os tipos de dados (quantitativos e qualitativos), que partem de fundamentos e características distintas e são mais coerentes com o método marxiano de investigação (PRATES, 2012).

²³ Apêndice 01.

(que trabalham nos Núcleos de Desenvolvimento Educacional da UNIPAMPA), por meio de vídeo-conferência e contatos telefônicos, no qual se explicou a pesquisa e sua relevância.

O envio dos questionários²⁵ foi feito via e-mail, após o aceite do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIPAMPA no dia vinte e um de março de dois mil e treze. Os profissionais tiveram o tempo de dez dias, acrescidos de mais quatro, a pedido de dois profissionais, para responder o instrumento de coleta de dados. Este questionário abordou duas perguntas abertas e dissertativas a respeito do Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua materialização no cotidiano de trabalho dos profissionais. A pesquisa foi respondida por cinco dos dez Assistentes Sociais (dos dez campi) convidados. Tendo o aceite, com a assinatura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE)²⁶, trazendo que os dados coletados são sigilosos e por isso precisam ser manuseados com ética, tornando imprescindível a identificação dos cinco sujeitos da pesquisa por meio de nome de cores (Azul, Verde, Rosa, Amarelo e Roxo),

A análise dos dados foi feita por meio de análise de conteúdo, que “[...] se apresenta como uma proposta metodológica dinâmica que se faz permanentemente por meio de uma interação contínua com o analista” (SETÚBAL, 1999, p. 61). A operacionalização desta se deu por meio de categorias teóricas, elencadas ainda no projeto de pesquisa, admitindo a possibilidade do surgimento de categorias empíricas, que poderiam emergir na análise das entrevistas, o que não foi efetivado. Dentre as pré-estabelecidas, destaca-se Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, processo de trabalho, práxis profissional e atribuições e competências dos Assistentes Sociais. Nesta perspectiva, Setúbal (1999, p.75) ressalta que existem “[...] aspectos essenciais da análise de conteúdo, [...] caminho a ser percorrido pelo pesquisador, ao buscar construir, comparar ou refutar conhecimento”, pois emerge algo que não foi dito, precisando assim ir até a essência, buscando o indizível.

Na fase inicial, de pré-análise, foram impressas e lidas as entrevistas para se ter apreensão, ainda de forma genérica, dos retornos. Em seguida, na exploração do material, foi feito um quadro categorial para apreensão das respostas, no qual

²⁴ Apêndice 02.

²⁵ Apêndice 03.

²⁶ Apêndice 04.

distribuí-se as categorias teóricas na horizontal e o nome da cor que representa o sujeito na vertical, ficando a parte central destinada à identificação do que cada entrevista elencava sobre a categoria. Na sequência, foi feita a análise dos resultados obtidos, no intuito de desvelar o que foi manifesto nas respostas do questionário. Para tanto, apenas os pesquisadores tiveram contato com o instrumento de coleta e suas respectivas respostas, garantindo assim o sigilo profissional²⁷.

O resultado desse trabalho será socializado de forma ampla para todos os profissionais que participaram da pesquisa, sem desrespeita-los, como sugerido na resolução 196/1996²⁸. O retorno dos resultados será repassado por meio deste Trabalho de Conclusão de Curso e em uma oficina que será realizada com os profissionais sobre o tema, no Campus São Borja. Caso não seja possível a participação de todos presencialmente, a oficina será feita por meio de vídeo conferência, ao término do segundo semestre de dois mil e doze, que será no mês de maio de dois mil e treze.

Para fazer o movimento de apreensão da realidade, o pesquisador precisa apreender a realidade cotidiana dos profissionais, “[...] precisa ser original e criativo [...]” (SETÚBAL, 1999, p.75), pois “[...] cada pesquisador deve ter bom senso e criatividade para encaminhar as soluções para cada situação. [...], a experiência e a maturidade do pesquisador são fatores determinantes para que a pesquisa seja bem sucedida” (GOLDENBERG, 2005, p. 60).

4.2 Breve histórico do espaço institucional da pesquisa

Criada pela Lei 11.640 de 11 de janeiro de 2008, a Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) de caráter público e de formato multicampi²⁹. É resultado das reivindicações da comunidade regional que se encontrava estagnada economicamente, tendo assim a Universidade a responsabilidade de atender as demandas da região.

²⁷ Apêndice 05.

²⁸ Resolução que normatiza as pesquisas com seres humanos.

²⁹ A UNIPAMPA encontra-se inserida em dez cidades do Rio Grande do Sul: Alegrete, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana, tendo sede e foro na cidade de Bagé.

A Universidade Federal do Pampa tem como visão ser reconhecida por sua excelência na área acadêmica, “[...] integrada e comprometida com o desenvolvimento sustentável da região e do país” (UNIPAMPA, 2009, p. 11) e como missão um comprometimento ético. Assim, trabalha na perspectiva de formação e produção do conhecimento, alicerçado aos eixos de ensino, pesquisa e extensão, de forma a fortalecer o desenvolvimento regional ao qual se insere.

A Universidade Federal do Pampa, como instituição social comprometida com a ética, fundada em liberdade, respeito à diferença e solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país (UNIPAMPA, 2009, p. 10).

Conforme disposto no Projeto Institucional (2009), a Universidade Federal do Pampa precisa estar constantemente articulada com a superação das dificuldades que possam ocorrer em suas dez unidades. Por isso é importante o diálogo e a articulação entre as tais (unidades), fomentando a formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano.

Por meio de uma gestão democrática, está orientada pelo compromisso de desenvolvimento regional, pela intencionalidade na formação e pela produção do conhecimento para a construção de uma sociedade mais justa. Para tanto, encontra-se organizada por meio da Reitoria e de suas Pró-Reitorias, dentre elas a de: Graduação, Pós-Graduação, Extensão, Pesquisa, Administração, Planejamento (Obras e Manutenção), Gestão de Pessoal e Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC).

A Universidade como um espaço de interlocução de saberes e conhecimentos, contribui no diálogo entre os setores e trabalhadores da instituição meios para aproximação da realidade concreta e da comunidade acadêmica com a sociedade em geral. “[...] a universidade é parte de um contexto global inclusivo que a determina e que, dependendo de seu funcionamento e sentido, ela pode colaborar na manutenção ou na transformação da sociedade” (WANDERLEY, 2003, p. 76).

A Universidade como espaço de educação por excelência valoriza a pluralidade dos saberes e as práticas locais e regionais. A Universidade Federal do Pampa, por meio dos anseios da sociedade por uma educação superior, insere-se nas dez cidades já mencionadas e fortalece o acesso dos universitários e a sua

permanência por meio da Assistência Estudantil. Dessa forma, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da UNIPAMPA é que se materializa, na universidade, a Assistência Estudantil.

A PRAEC “[...] é o setor da Reitoria que desenvolve programas, benefícios e ações de assistência estudantil e de acesso aos direitos de cidadania, direcionados à comunidade universitária” (UNIPAMPA, 2012, s.p). A Pró-Reitoria encontra-se articulada e em consonância com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)³⁰ e tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal.

A inserção do Assistente Social no espaço universitário da UNIPAMPA se dá de forma diferenciada, pois a Universidade, por ter estrutura multicampi, necessita da inserção de um profissional em cada campi, por meio dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE).

Os Núcleos de Desenvolvimento Educacional são a interface com a PRAEC (os olhos da PRAEC em todos os campi) e por meio dessa articulação que se operacionaliza a Assistência Estudantil na Universidade, contribuindo para o atendimento às demandas específicas de assistência aos universitários, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Os profissionais Assistentes Sociais dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) estão em constante diálogo e articulação com os profissionais da PRAEC, pois são os profissionais dos núcleos que tem o contato direto com os universitários (profissionais da ponta), escutando assim suas demandas cotidianas, por meio do planejamento, execução e avaliação. A Assistência Estudantil tem o intuito de fomentar a permanência dos universitários - na Universidade - contribuindo para transformação da sociedade, com formação crítica e reflexiva.

³⁰ [...] foi instituído pela Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo sido elevado à política de Estado, em 19 de julho de 2010, pelo Decreto nº 7.234, o que assegura o comprometimento permanente do estado com a causa da assistência estudantil, independente do governo vigente. A assistência estudantil ganha, portanto, um papel de destaque, pois nada adianta assegurar a inclusão sem um esforço no sentido de garantir a permanência dos estudantes na instituição, a conclusão do curso com êxito e a possibilidade concreta de competir no mercado de trabalho (CARVALHO; [et al], 2012, p. 18).

4.3 A pesquisa empírica: análise da materialização do Projeto Ético-Político Profissional junto aos Assistentes Sociais do NuDE que fazem interface com a PRAEC

A partir da categorização feita com as respostas dos cinco Assistentes Sociais dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa que trabalham com as demandas da Assistência Estudantil, pode-se perceber que o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, de maneira transversal, é visto como parte indissociável dos princípios norteadores do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. “O nosso projeto profissional [...], consiste fundamentalmente em assumir valores e princípios baseados no reconhecimento da liberdade, autonomia, [...]” (AZUL, 2013, p. 02).

Neste cenário, o enfoque principal dado pelos profissionais foi em relação aos princípios balizadores do Código de Ética Profissional, ao referir “[...] que o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social ao assumir como valor central a defesa da liberdade [...]” (ROSA, 2013, p. 1) mensura a importância dos princípios e a sua observância no cotidiano de trabalho. Porém, é importante frisar/salientar que os princípios norteadores do Código de Ética Profissional do Assistente Social são parte integrante do Projeto Ético-Político Profissional e não sinônimos, como emerge nas respostas das profissionais.

O que ocorre, e os sujeitos que participaram da pesquisa e a análise empírica demonstram, é que os profissionais conhecem os princípios norteadores no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, amparado por um “[...] compromisso incessante da luta por um novo horizonte societário, sem exploração/dominação de classe e radicalmente amparado à consolidação da democracia e cidadania” (AMARELO, 2013, p. 1).

Contudo, é importante conhecer e compreender os direitos e deveres dos Assistentes Sociais, como descritos no Código de Ética (BRASIL, 2011) e materializa-los na prática, bem como seus princípios, sinalizados pelos profissionais, pois a “[...] materialização do projeto ético-político profissional através da relação com os acadêmicos, na qualidade dos serviços prestados [...]” (ROXO, 2013, p. 1), perpassa o dia-a-dia dos profissionais.

O Projeto Ético-Político Profissional é elencado como um processo de construção coletiva da categoria, por meio das dimensões ético-políticas, teórico-

metodológicas e técnico-operativas, por meio de um novo direcionamento profissional e norteado de valores e princípios do Código de Ética (ROSA; AMARELO; VERDE; ROXO; AZUL, 2013), sendo resultado do “amadurecimento” da categoria profissional. Apesar disso, em nenhum momento os profissionais demonstram reconhecerem-se como partícipes/pertencentes dos espaços organizativos (CFESS, CRESS, ABEPSS, ENESSO) da categoria, enquanto profissionais inseridos na Assistência Estudantil, fragilizando assim, o coletivo profissional.

Não obstante, percebe-se que existe um “estranhamento” dos profissionais em relação ao projeto profissional, visto que é mister, compreender o Projeto Ético-Político Profissional e materializa-lo na prática. Entretanto, é visível que os mesmos não se vinculam a direção social e política que perpassa tal projeto, assim não se reconhecendo como profissionais críticos e propositivos, nos espaços institucionais e sim como meros executores das políticas sociais.

A direção profissional construída na categoria propicia o fortalecimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tendo em vista que assumir “[...] direção social e política [...] implica o predomínio de uma concepção que fornece um corpo de valores e princípios a partir dos quais se constrói uma espécie de imagem ideal da profissão” (BRAZ, 2007, p. 05-06).

Atuando “[...] no enfrentamento das desigualdades sociais, contribuindo no processo de ampliação e consolidação da cidadania” (ROSA, 2013, p. 2), percebe-se um caráter de rompimento com o conservadorismo embrionário do Serviço Social, como também ao ver a referência de “[...] que as práticas profissionais possam contribuir na efetivação e ampliação dos direitos e exercício pleno da cidadania, [...]” (ROSA, 2013, p. 1).

Para refletirmos a respeito, questiona-se: conhecer os princípios norteadores do Código de Ética Profissional é ao mesmo tempo materializá-los no cotidiano de trabalho? Conhecer a direção profissional da categoria é consolidá-la durante o processo interventivo, independente da área de atuação (Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação)?

Não. O Projeto Ético-Político Profissional não é algo palpável ou tangível, e sim parte de uma construção coletiva da categoria profissional, ao expressar a direção social e política da profissão que estão materializadas e são balizadas pelos pilares já mencionados no capítulo anterior: Lei da Regulamentação da Profissão, o

Código de Ética Profissional e a Lei de Diretrizes da ABEPPS, os quais foram construídos no Brasil nos anos 1990 e estão alicerçadas na teoria social marxiana, cuja apreensão se traduz pelas dimensões ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas na formação profissional. Por isso não se trata de um manual instrutivo, mas sim de um norte que deve ser dado em qualquer intervenção profissional nas diferentes políticas sociais.

O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996, p. 08).

Esses elementos são parte constitutiva da formação profissional, que envolve o exercício, e se materializam na intencionalidade dos Assistentes Sociais, na concretude do trabalho, por meio do “[...] atendimento aos alunos, elaboração de projetos, busca por capacitação profissional, mobilizações da comunidade acadêmica, etc... [...]” (AZUL, 2013, p. 2) o que expressa o processo propositivo, interventivo e reflexivo do trabalho diário desses profissionais.

O processo de trabalho, na relação com o usuário, deve articular “[...] ações e mecanismos que possam promover espaços de discussão e participação dos estudantes na Universidade, contribuindo no processo de fortalecimento da autonomia e emancipação social” (ROSA, 2013, p. 02), e fomentando a transformação da realidade, por meio da práxis profissional, que não reflete apenas no exercício profissional, mas numa atividade teórico-prática que tenha como norte sua direção social e política. “A *práxis* como criação da realidade humana é ao mesmo tempo o processo no qual se revelam em sua essência, o universo e a realidade” (KOSIK, 2002, p. 225, grifo do autor).

No que tange as competências e atribuições privativas da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Nº8.662/93) é imprescindível operacionalizar o descrito no Art. 6º da lei, que dispõe sobre a elaboração, planejamento, execução e organização de projetos na área/unidade/matéria de Serviço Social (BRASIL, 2011) sob uma perspectiva de transformação da realidade concreta dos sujeitos/usuários atendidos. Nos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) da Universidade Federal do Pampa, não deve ser diferente, como mencionou-se a utilização de “[...] instrumentais como entrevistas, estudos e pareceres sociais para embasar uma

decisão, [...]” (VERDE, 2013, p. 2), que fazem parte do cotidiano profissional, independente da área de atuação.

Dessa forma, contribuem para o “[...] posicionamento profissional em defesa da cidadania, democracia, equidade e justiça social, buscando sempre que os processos de trabalho estejam de acordo com o projeto ético político profissional” (ROXO, 2013, p. 1) e o agir cotidiano dos profissionais esteja em consonância com a direção crítica da profissão.

Pelo que se verifica, alguns profissionais no seu processo laboral não percebem que em atendimentos e no diálogo com os usuários por meio da “[...] democratização de informações dentro do campus, encaminhamentos e orientações [...]” (VERDE, 2013, p. 2) são multiplicadores potenciais que podem vir à contribuir com a permanência dos alunos na Universidade e, dessa forma, fortalecer processos sociais emancipatórios, fazendo com que sintam-se protagonistas.

Aqui é preciso abrir um “parêntese” para analisar essa “política” ao qual os profissionais entrevistados tem contato diário. Isso mesmo, estamos falando da Assistência Estudantil. A assistência aos estudantes universitários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, hoje reguladas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que trabalha na ótica da permanência dos estudantes no meio universitário e fomenta-se por meio da “[...] universalização dos direitos, [...] centrados [...] nas necessidades sociais” (COUTO, 2008, p. 186), para a materialização da Assistência Estudantil na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e, dessa forma, atender as demandas dos universitários que cumprem os critérios definidos pela política.

O que percebe-se após sucessivas aproximações feitas no espaço institucional da PRAEC (*lôcus* de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II), é que o Assistente Social é “peça” chave para intervir na Assistência Estudantil da UNIPAMPA, imprescindível para fomentar a permanência dos alunos no meio universitário, porque é um profissional que trabalha diretamente com as demandas sociais dos acadêmicos. Porém, é visível que os programas são seletivos, pois abrangem apenas os alunos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica e que são também imediatistas (apenas análise socioeconômica), sem movimento para além da forma aparente. Isso se dá, muitas vezes, pela precarização do mundo do trabalho, onde o profissional não tem tempo suficiente para aproximação do objeto real (a vida do sujeito/usuário/universitário),

se delimita as demandas institucionais e nesse limiar de burocratização dos processos, acaba perdendo sua particularidade enquanto Assistente Social, um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver.

A precarização do mundo do trabalho vivenciada no contexto atual e advindo do processo histórico, de retrocesso dos direitos adquiridos pela classe trabalhadora não esquia o profissional Assistente Social dos seus reflexos, pois este precisa estar em constante aprimoramento profissional, ter apropriação da teoria crítica para fazer a apreensão da realidade por meio de um processo de sucessivas aproximações com o cotidiano de vida dos sujeitos/usuários. “[...] supõe uma capacitação crítico-analítica que possibilite a construção de seus objetos de ação, [...] elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional” (ABEPSS, 1996, p. 13).

Diante disso, o Assistente Social no decorrer do exercício profissional precisa estar atento as mudanças do seu tempo, ver o ser social como força para romper com as amarras capitalistas e que organizado pode contribuir com os processos de mudanças da sociedade atual, como forma de resistir aos ditames da exploração/dominação existentes.

A emancipação política e humana, assim como a transformação da sociedade são almejadas pela categoria profissional dos Assistentes Sociais desde a aproximação do Serviço Social com as obras de Marx, aprofundando-se e aproximando-se nos dias atuais. Com o avanço do neoliberalismo e o sufocamento e retrocesso dos direitos já adquiridos por meio de lutas e da organização da sociedade, o profissional Assistente Social imbuído por um projeto de transformação da realidade se vê na concretude “nadando contra a corrente”. Por isso é importante ser “[...] um profissional propositivo [...]” (ROSA, 2013, p. 2), investigativo, que analisa a realidade por meio do processo histórico da sociedade e, assim, trace estratégias para, no “miúdo do trabalho”, tecer micro-rupturas que venham ao encontro da teoria social da qual se filia.

Não é tarefa fácil. É na intencionalidade profissional que o Serviço Social se fortalece e amplia seus processos de trabalho alicerçado na “[...] superação e eliminação dos obstáculos que fragilizam e/ou impedem o pleno acesso dos estudantes ao ensino superior, [...]” (ROSA, 2013, p. 01-02).

O alicerce teórico-metodológico, junto as outras dimensões da formação, são a base para a apreensão da realidade de forma crítica, pois é quando o

profissional apropria-se dessas ferramentas, que se fortalece o enfrentamento e a construção de formas de resistência no âmbito da sociedade capitalista. Expressão disso é o relato de uma profissional: “[...] no cotidiano de trabalho junto ao NuDE, enquanto assistentes sociais nos colocamos [...], por meio da política de assistência estudantil, [...], do apoio ao movimento estudantil na luta por um Ensino Superior de qualidade” (AMARELO, 2013, p. 1).

Faz parte do agir profissional, durante o processo interventivo, quando almeja-se uma prática revolucionária, “[...] a reflexão e a busca pela efetivação do projeto profissional na formação e na prática dos profissionais de Serviço Social torna-se um desafio a todos os atores envolvidos nessa dinâmica” (AZUL, 2013, p. 2), sendo que entre os profissionais percebe-se a importância da formação profissional continuada, por meio do “[...] aprimoramento profissional para melhor contribuir no cotidiano profissional” (VERDE, 2013, p. 2).

A formação profissional deve andar em consonância com a direção evidenciada pela Teoria Social Crítica de Marx, imbuídas de teoria e prática indissociáveis, de forma que, nas minúcias do fazer cotidiano do Assistente Social, se elabore e reinvente estratégias e articulações com outros profissionais e instituições, formando uma rede social, “[...] proporcionando e desvelando espaços de participação e atuação frente às mudanças societárias [...]” (ROSA, 2013, p. 1), para romper com as desigualdades sociais geradas no e pelo sistema capitalista.

Rosa (2013) também salienta a importância de um “trabalho em rede” articulado com diversos profissionais³¹, sendo primordial que os Assistentes Sociais troquem informações, orientações e esclarecimentos com outros setores, para fortalecer o trabalho entre a rede, seja da universidade ou do município onde estão inseridos. Dessa forma, salienta-se as particularidades (MONTAÑO, 2009) da formação em Serviço Social, onde o profissional faz a leitura da realidade com intuito de transformação da mesma.

Dessa forma, a leitura da realidade na sua totalidade se propõe a observar as contradições expressas pelas demandas dos universitários, pela intervenção e sua relação com o mundo do trabalho e o modo de produção capitalista e é por meio dessa apreensão, permeada por conflitos de interesses e luta de classes, que o

³¹ A interdisciplinaridade precisa ser pensada como uma necessidade de interação e busca dos profissionais das diferentes áreas do conhecimento (FRAGA, 2010, p. 57).

Assistente Social toma fôlego para sua intervenção, construindo possibilidades para o acesso dos sujeitos/usuários da Assistência Estudantil.

Tem-se a possibilidade de planejar ações que intervenham diretamente nas demandas vivenciadas pelos estudantes e/ou promover projetos que articulem as potencialidades dos alunos junto à comunidade acadêmica e comunidade externa (ROSA, 2013, p. 2).

Os profissionais comprometidos com a categoria profissional, alicerçados pela Teoria Social Crítica de Marx e permeados pelas relações em sociedade, sofrem os rebatimentos de serem trabalhadores assalariados e ao mesmo tempo dispostos a romper com as desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. Intervém na realidade concreta buscando no cotidiano de trabalho ações com autonomia e responsabilidade frente às demandas dos sujeitos/usuários, compreendendo assim seus direitos enquanto profissional, com registro do Conselho Regional de Serviço Social.

O Assistente Social como trabalhador, inserido na divisão social e técnica do trabalho, também sofre as pressões do mundo do trabalho aglutinado ao sistema capitalista, e dessa forma, é preciso que o profissional esteja em constante formação continuada, por meio da “[...] busca incessante pelo aprimoramento e qualidade do exercício profissional” (ROSA, 2013, p. 1), bem como fortalecimento constante das dimensões da profissão para contribuir com as ações interventivas na realidade em sua concretude e totalidade.

Na verdade, o que fica visível é que os profissionais se desvinculam da direção profissional (perdendo o rumo) da categoria, e nesse viés, acabam por fazer ações tarefeiras no cotidiano de trabalho de forma rotineira, e caem no abismo de dizer que a teoria é uma e a prática é outra. A superação desse abismo é continuar a caminhada, com formação, por meio do aperfeiçoamento da dimensão teórico-metodológica e alicerçado, fortalecido na direção social e política da profissão, de forma propositiva, investigativa e criativa, com intuito de contribuir socialmente com sua intervenção qualificada.

No cotidiano interventivo, há que se romper com a burocratização dos profissionais que centram suas ações imediatas com os universitários, e assim caminhar rumo à materialização do projeto profissional.

[...] o projeto ético político de nossa profissão é a inter-relação entre as dimensões ético política (Lei de regulamentação, código de ética, diretrizes curriculares), teórico metodológica (referências bibliográficas, vertentes filosóficas e [...]), técnico operativa (instrumentais utilizados na prática) que norteiam nosso agir profissional, nosso comprometimento com os usuários e busca por uma sociedade mais igual e justa (VERDE, 2013, p. 2).

Vale lembrar que o Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, faz parte do cotidiano profissional dos Assistentes Sociais direcionados pelo posicionamento crítico, reflexivo e investigador, balizados pela instrumentalidade na ação interventiva. “O Projeto ético-político profissional do Serviço Social [...] trouxe um novo direcionamento para a profissão, [...] compromissos que devem nortear do trabalho do Assistente Social, [...]” (ROXO, 2013, p. 1).

O Serviço Social crítico carrega consigo, um trato teórico-metodológico vinculado ao Método Dialético-Crítico de apreensão da realidade cotidiana, posicionamento a favor da classe trabalhadora, com transparência ético-política para intervenção na realidade e usa por meio dos seus instrumentais técnico-operativos conhecimentos e habilidades que vão se aperfeiçoando com a prática cotidiana de trabalho, sendo que a partir da direção alicerçada na Teoria Social Crítica de Marx, se reinventa e reconfigura com vistas a uma nova sociabilidade, longe dos ditames do capital. Por isso a importância de conhecer o projeto profissional da categoria e compreender a sociedade capitalista e seus processos, para dessa forma fortalecer o Serviço Social como profissão generalista, que a “[...] autonomia e emancipação social [...]” (ROSA, 2013, p.1), não seja apenas dos usuários/sujeitos atendidos, mas também dos profissionais inseridos nesta relação social.

O Assistente Social por inserir-se em diversos espaços institucionais, que na maioria das vezes estão permeados de aspectos cotidianos conservacionistas, devem analisar de que forma pode-se romper com atendimentos assistencialistas e paliativos, pois o Serviço Social “amadurece” a partir do rompimento com esse caráter, podendo assim dizer que os profissionais que hoje materializam seu trabalho numa nova perspectiva de sociedade, rompem durante o processo interventivo com ações pautadas na benesse e na “ajuda”, vendo o sujeito/usuário/universitário como cidadão de direitos.

Vale ressaltar que o rompimento com o caráter conservador nos espaços de trabalho não é tarefa fácil, nem existe receita pronta. É na luta diária, nas

particularidades da intervenção propositiva e reflexiva que os profissionais Assistentes Sociais rompem com o caráter de sua gênese.

O Serviço Social aprimora-se a partir da inserção nos diversos espaços institucionais ao qual encontra-se habilitado para sua atuação, por meio da formação e exercício profissional constante, alimentando no fazer diário sua estrutura teórico-metodológico. No espaço da Assistência Estudantil, não deve ser diferente, o profissional propositivo, interventivo e ético está apto a perceber as transformações societárias e dessa forma intervir alicerçado no referencial crítico, pois a realidade não é estanque, encontra-se em constante movimento dialético e precisa ser apreendida no cotidiano interventivo profissional.

Ao sair da academia, os profissionais precisam continuar sua formação profissional, se alimentando de leituras e bibliografias na área de atuação, para contribuir com um trabalho qualificado e sólido. Porém, o que se percebe é que no mundo do trabalho precarizado e de retrocesso aos direitos já adquiridos, não se compreende a continuidade da formação como tarefa que subsidia e alicerça o próprio fazer profissional.

Nessa fase do capital, caracterizada pelo *desemprego estrutural*, pela redução e precarização das condições de trabalho, evidencia-se a existência de uma materialidade adversa aos trabalhadores, um solo social que *constrange* ainda mais o afloramento de uma subjetividade autêntica. Múltiplas fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida *fora do trabalho*, na esfera da reprodução societal, onde o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital (ANTUNES, 1999, p. 131 – grifos do autor).

A configuração capitalista, por sua vez, trata de “engolir” e precarizar as relações. É preciso dar-se conta da necessidade de continuar a caminhada, de fortalecer-se junto à categoria e não desistir de transformar a sociedade. “Nesse cenário o Projeto Ético-Político se materializa através do reconhecimento da liberdade, da autonomia, da emancipação, da equidade e justiça social, do acesso, garantia e defesa dos direitos sociais e humanos” (AMARELO, 2013, p. 1).

Dessa forma, é mister continuar lutando para que nos espaços institucionais, os Assistentes Sociais continuem instigados a fortalecer sua formação de forma continuada e que no exercício cotidiano consigam mensurar estratégias para romper com a precarização do mundo do trabalho, com a “coisificação” das relações sociais, alicerçado ao sistema capitalista e que por meio desse processo histórico de

organização e reconceituação da categoria profissional, consiga-se intervir numa perspectiva crítica em relação a apreensão da realidade concreta e, dessa forma, transformar a sociedade, com intuito de contribuir para além do protagonismos dos sujeitos, fortalecer a categoria e sua direção social, política e ética.

Embora a pesquisa tenha revelado que a materialização do PEPP no contexto da Assistência Estudantil esteja fragilizada, há que se considerar que o fortalecimento do projeto profissional se dá nos espaços coletivos e organizativos da categoria. Neste sentido, romper com as distâncias geográficas, com o sentimento de não pertencimento, com as limitações da formação, com a burocratização dos processos interventivos, entre outros, urge para garantirmos o direcionamento hegemônico do Serviço Social contemporâneo. O que instiga pensar é que falar, discursar é simples, é fácil, mas há “poréns”: é preciso acreditar no cotidiano interventivo, nas relações de força aliadas as ações interventivas, na postura do profissional e principalmente na sua direção social e política que “amadurecida” trará força e ao mesmo tempo leveza para os momentos de imediatismo, e é nesse instante que o profissional pode e deve buscar relações com a concretude de vida dos sujeitos/usuários/universitários e ali naquele momento desvelar o real.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente as análises feitas durante os capítulos anteriores, é mister destacar que o Assistente Social trabalha no cotidiano contraditório e por meio da configuração atual do modo de produção capitalista, expressa sua exploração, dominação e alienação. Constantemente é preciso organizar-se, não apenas entrelaçados pela categoria profissional, mas dentre os demais profissionais das diversas áreas que como “nós” sentem a necessidade extrema de uma sociedade diferente, justa para todos os cidadãos.

É importante compreender e efetivar na prática interventiva as dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas que dão a base para as mediações técnico-operativas alicerçadas na Teoria Social Crítica de Marx e embasados no método dialético-crítico de apreensão da realidade social, que é dinâmica e encontra-se em constante movimento. Esses elementos contribuem para uma intervenção crítica e reflexiva na realidade e para traçar estratégias de fortalecimentos sobre as investidas do sistema capitalista.

Como se sabe, não existe receita pronta para a intervenção na realidade dos sujeitos que encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica, expressão da Questão Social. O profissional interventivo, investigativo e propositivo visa e almeja durante sua práxis profissional transformar atendimentos imediatos em situações que transcendam o acesso aos direitos dos cidadãos para além do propósito momentâneo e, dessa forma, tem o intuito de contribuir no miúdo diário para fortalecer os processos sociais contra hegemônicos, bem como que esses sujeitos sejam os protagonistas das suas histórias de vida.

É no dia-a-dia, na construção diária, que as relações sociais vão se fortalecendo e transformando-se, faz parte do processo ali na ponta, conversando e compreendendo a situação dos sujeitos, cidadãos de direitos, que sofrem as amarras do neoliberalismo, que fragmenta os direitos conquistados.

Dessa forma, o profissional Assistente Social, alicerçado e fortalecido por meio de uma direção social e política, intervêm na realidade concreta, balizado pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social através dos pilares do Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, pela Lei de Regulamentação da Profissão, ambos de 1993, e Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, de 1996 com organização coletiva junto às instâncias do CRESS, CFESS,

ABEPSS e ENESSO, fomentando a emancipação dos sujeitos nos diversos espaços ao seu entorno, e a transformação com vistas a uma nova ordem societal.

Neste cenário, com a realização da pesquisa evidenciou-se que os profissionais acreditam que os princípios norteadores do Código de Ética Profissional são sinônimos de Projeto Ético-Político Profissional, sendo assim, é essencial que os profissionais continuem a formação, durante o exercício profissional no cotidiano interventivo, para não cair no abismo e não alcançar e nem materializar o projeto da categoria de forma coletiva.

Por trabalharem os princípios norteadores do Código de Ética Profissional como sinônimos de Projeto Profissional, não deixam evidências de compreensão sobre tal projeto. Contudo, enquanto os profissionais Assistentes Sociais não tiverem a concepção de que é imprescindível continuar a formação, fortalecer a dimensão teórico-metodológica, não sairemos do lugar.

É primordial que os profissionais continuem estudando, atualizando-se e qualificando-se para contribuir no espaço de atuação, e dessa maneira fortalecer a unidade teórico-prática, pilar para materialização de tal projeto. Urge a necessidade de profissionais qualificados e competentes que além de trabalhar com a crítica ao sistema capitalista, possam propor alternativas de mudança, que vão ao encontro das necessidades dos sujeitos.

As mudanças e transformações almejadas pelo conjunto da categoria só vão sair do discurso “pomposo” e “bonito”, da concretude acadêmica no momento em que o coletivo realmente se efetivar e os profissionais compreenderem que realmente todos seres humanos são iguais, sem distinção de cor, credo, e outros fetiches, que rondam o saber fazer dos Assistentes Sociais. É na intencionalidade e no espaço da particularidade e singularidade que vivencia-se e rompe-se com ações imediatas, assistencialistas e tarefas. Vai depender de cada um querer, e o coletivo de forma hegemônica almejar uma nova sociedade, é preciso estar disposto e acreditar na universalidade dos processos e assim fortalecer-se no singular que nos apresenta.

A pesquisa prova que existe uma grande fragilidade em relação à compreensão do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social e que os profissionais precisam continuar a formação profissional com intuito de aprimorar seu trabalho, independente da área de atuação. É mister para isso reconhecer-se enquanto profissional inserido na divisão social e técnica do trabalho, como

trabalhador assalariado e que, no cotidiano interventivo, nada contra corrente capitalista.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social e a consolidação do projeto ético-político. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 72-81, setembro 2004.
- ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Desafios do Projeto Profissional de ruptura com o conservadorismo. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVIII, n. 91, p. 34-48, setembro 2007.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMARAL, Angela Santana do; MOTA, Ana Elizabete. A reestruturação produtiva e as novas modalidades de subordinação do trabalho. IN: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010, 23-44.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** : ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 12. Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 27-42, setembro 2004.
- BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRAZ, Marcelo. A hegemonia em xeque: Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. IN: **Inscrita**, ano VI, p. 05-10, nov. 2007.
- BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. O projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 186-199.
- BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008**. Dispõe sobre a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá as providências.
- BRASIL. **Código de Ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 9º Ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

- CARVALHO, Clara Caroline Barrêto de; OLIVEIRA, Simone Barros de; RIOS, Rafaela; VARGAS, Melissa Welter. Serviço Social na Educação: Contribuindo na Construção da Assistência Estudantil. In: OLIVEIRA, Simone Barros... [et al.] (orgs). **Serviço Social: políticas sociais e transversalidades no pampa**. São Borja: Faith, 2012.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poleti. 9. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, 490-537.
- COELHO, Marilene A. Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social. IN: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social: Temas, Textos e Contextos**. Coletânea Nova de Serviço Social. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social a caminho do século XXI: o protagonismo ético-político do conjunto CFESS-CRESS. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 172-190, abril 1996.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Alternativas Metodológicas da Pesquisa em Serviço Social. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano VII, n. 21, p. 05-17, agosto 1986.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FRAGA, Cristina kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, nº 101, p. 40-64, janeiro/março 2010.
- GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social**. 2. Ed. São Paulo: Veras, 2006.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. 8. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do serviço social**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. As Dimensões Ético-Políticas e Teórico-Metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. IN: MOTA, Ana Elizabete... et al (org). **Serviço**

Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006, 161-196.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no serviço social.** 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro , trabalho e questão social. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 7^a Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LESSA, Sérgio. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. IN: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, nº 52, p. 07-23, dezembro 1996.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 1^a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social:** desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

MAIA, Marilene. **Práxis da Gestão Social nas organizações sociais:** uma mediação para a cidadania. Porto Alegre: PUCRS, 2005, p. 25-65. Tese apresentada ao Curso de Pós – Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político Profissional. IN: **Revista Emancipação.** v. 6 , n.1, p. 09-23, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 15. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Tradução: Frank Muller. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Tradução: Jesus Ranieri. 2^a Reimp. São Paulo: Boitempo, 2008, p.79-90.

MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 211-231.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; Gomes Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **O que é Marxismo**. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

NETTO, José Paulo. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 84, p. 05-20, novembro 2005.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. IN: MOTA, Ana Elizabete... et al (org). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2006, p141-160.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 10. Ed. São Paulo: 2007.

NICOLAU, Maria Célia Correia. Formação e fazer profissional do Assistente Social: trabalho e representações sociais. IN: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 82-107, setembro 2004.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado**: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. N.1, p. 116-128, jan.jul. 2012.

REZENDE, Ilma. Serviço Social sua especificidade como profissão prática – interventiva. IN: FONTENELE, Ludmila; REZENDE, Ilma. (Orgs.). **Serviço Social e políticas sociais**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 25-45.

SANT’ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. IN: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n.62, p. 73-92, março 2000.

SETÚBAL, Aglair Alencar. Análise de conteúdo: suas implicações nos estudos das comunicações. In: MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. IN: **Emancipação**. Ponta Grossa. 8(1), p. 119-132, 2008.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009.

UNIPAMPA, Universidade Federal do Pampa. **PRAEC**. Disponível em <<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/praaec/a-praaec-2>>. Acesso em: 06 abril 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. El Servicio Social como especialización del trabajo colectivo. IN: Borgianni, Elisabete; GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos (Orgs.). **Servicio Social Crítico: Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional**. São Paulo: Cortez, 2003.

APÊNDICE 01
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL – UNIPAMPA-CAMPUS SÃO
BORJA

Autorizo a realização do projeto de pesquisa **“O PROJETO ÉTICO–POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA MATERIALIZAÇÃO JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA”**, a ser efetuado pela acadêmica do Curso de Serviço Social Emilene Oliveira de Bairro, sob orientação da professora Me. Mariléia Goin.

Este projeto de pesquisa será submetido e condicionado a sua realização a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da UNIPAMPA. O mesmo deve cumprir as exigências éticas cabíveis e apontadas pela CEP/UNIPAMPA e conter a assinatura dos participantes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Nestes termos, a direção do Campus São Borja, da UNIPAMPA, em exercício, concorda com a realização do referido projeto.

São Borja, 14 de novembro de 2012.

Prof^o Dra. Elisangela Maia Pessoa
Diretora do Campus de São Borja – em exercício

APÊNDICE 02
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL - PRAEC

Autorizo, em âmbito institucional, a realização da pesquisa **“O PROJETO ÉTICO–POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA MATERIALIZAÇÃO JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA”** a ser efetuada pela acadêmica do Curso de Serviço Social Emilene Oliveira de Bairro, sob orientação da professora Me. Mariléia Goin.

Tenho ciência que a pesquisa objetiva “analisar a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa, no intuito de contribuir com o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva”.

Estou de acordo em abrir a instituição enquanto co-parceira para disponibilização de espaço e recursos humanos para a realização dos questionários com questões abertas e objetivas, além de disponibilizar documentação necessária para subsidiar a presente pesquisa.

Nestes termos, eu, Pró - Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários concordo com a disponibilização do que for necessário à realização da pesquisa.

São Borja, 14 de novembro de 2012.

Simone Barros de Oliveira
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e
Comunitários- PRAEC
UNIPAMPA

APÊNDICE 03

QUESTIONÁRIO

O projeto de pesquisa, do qual o questionário faz parte, versa sobre a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, na Política de Assistência Estudantil, da Universidade Federal do Pampa. Os profissionais assistentes sociais participantes da pesquisa tem total autonomia em suas respostas, as quais devem retratar suas opiniões sobre os temas questionados, de forma a contribuir com a análise que será feita no Trabalho de Conclusão de Curso e, consecutivamente, com a categoria profissional. As respostas terão unicamente o intuito de contribuir com a pesquisa e o sigilo será mantido, ficando o manuseio apenas com a acadêmica e professora orientadora.

Desde já, agradecemos a contribuição e nos colocamos à disposição para quaisquer informações que se fizerem necessárias.

Seguem as questões:

1. Na sua opinião, no que consiste o Projeto Ético – Político Profissional do Serviço Social?
2. No Cotidiano de trabalho profissional junto ao Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), como você evidencia a materialização do Projeto Ético – Político Profissional do Serviço Social?

APÊNDICE 4

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O estudo sobre **“O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DA MATERIALIZAÇÃO JUNTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA”** tem como objetivo “analisar a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social na Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa, com intuito de contribuir com o debate da categoria profissional e estimular uma práxis profissional reflexiva”.

A pesquisa compreende um questionário com perguntas abertas, que será enviado por e-mail. Destaca-se que a participação dos entrevistados é voluntária sem ganho de proventos. Os benefícios consistem na reflexão sobre o cotidiano de trabalho e a materialização do Projeto Ético-Político Profissional, com o intuito de fortalecer o exercício profissional. Em relação aos riscos da pesquisa, o que pode acarretar são incômodos emocionais, em face que podem perceber a pouca apropriação pela temática, a não centralidade e materialização do Projeto Ético-Político no exercício profissional. Os custos da pesquisa correrão por conta do pesquisador. Salienta-se que as informações com o questionário estarão submetidas a normas éticas de pesquisa, não sendo revelado o nome dos participantes em nenhuma apresentação oral ou escrita, pois serão identificados a partir de nome de cores, como, por exemplo verde e azul. O acesso às informações e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e acadêmica do Serviço Social Emilene Oliveira de Bairro e sua orientadora Mestre Mariléia Goin.

Mesmo não recebendo nenhum incentivo financeiro ou qualquer tipo de benefício direto ou imediato deste estudo, sua colaboração será de extrema importância para o aprimoramento dos estudos acadêmicos. Caso venham surgir novos questionamentos e dúvidas sobre este estudo há possibilidade de esclarecimento junto à pesquisadora responsável Emilene de Oliveira Bairro pelo celular (55)9107-9934 e pela orientadora da pesquisa Prof^a Mariléia Goin pelo celular (55) 8108-5913 ou (55) 9993-5320, podendo contatar a ambos inclusive por chamadas a cobrar. Ainda, em caso de dúvidas, poderá contatar ao Comitê de Ética da Unipampa por meio do e-mail: cep@unipampa.edu.br, telefone 55) 3413 4321 Ramal: 2289 e endereço Campus Uruguaiana – BR 472, Km 592, Prédio Administrativo – Sala 23 Caixa Postal 118 Uruguaiana – RS, CEP 97500-970. Caso concorde em participar desta pesquisa, por gentileza, assine e date este Termo de Consentimento Livre e Informado, em duas vias idênticas, das quais uma ficará com o entrevistado.

Entrevistada

Local e Data

Acadêmica Emilene Oliveira de Bairro

Prof^a Mariléia Goin

APÊNDICE 05
TERMO DE CONFIABILIDADE DOS DADOS DE PESQUISA

Nome do Projeto: O Projeto Ético-Político do Serviço Social: Análise crítica da materialização junto a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Pampa

Orientador (a): Me. Mariléia Goin

Acadêmico (a): Emilene Oliveira de Bairro

Telefone para contato: Mariléia Goin (55) 9993-5320

Emilene Oliveira de Bairro (55) 9979-9887

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, Curso de Serviço Social

Telefone para contato: (55) 3430-4323

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a identidade dos participantes. Os dados referentes a eles serão coletados por meio de questionário com duas perguntas abertas, realizadas durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente estudo. As informações serão divulgadas de forma anônimas preservando-se a identidade dos entrevistados. O instrumento de coleta de dados será arquivado pelas pesquisadoras por um período de cinco anos sob a responsabilidade da Prof. (a) Me. Mariléia Goin, orientadora do projeto. Após o período os dados serão destruídos.

São Borja, 14 de janeiro de 2013.

Mariléia Goin

Orientadora do Projeto

RG

Emilene Oliveira de Bairro

Acadêmica

RG